

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	21
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Além dos riscos inerentes às nossas atividades, pode-se afirmar que os riscos mais significativos aos quais estamos expostos são os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio e risco de inflação).

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios.

Nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito que estamos dispostos a se sujeitar no curso de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da provisão para devedores duvidosos era de R\$ 7,5 milhões.

O risco de crédito de instituições financeiras, tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência. Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras da Companhia estavam distribuídas em debêntures da empresa coligada Tecsis, aplicações em debêntures de outras empresas privadas / públicas e aplicações em instituições financeiras.

Com relação às aplicações financeiras em instituições financeiras e aplicações em debêntures de outras empresas privadas, a Companhia executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, entre outras. A Companhia realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências especializadas (agências de rating e de diagnóstico de crédito). Além disso, a Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Quanto à aplicação em debêntures da Coligada Tecsis, a escritura traz determinados covenants a partir do ano de 2014, obrigando os sócios detentores destas debêntures, entre eles a Companhia, a converter as debêntures em ações nas seguintes situações:

Caso seja verificado o não pagamento na data de vencimento (original ou antecipado) das debêntures; e/ou

caso a relação entre Dívida Líquida/ EBITDA, referente ao exercício de 2014 (verificado em 31 de dezembro de 2014), seja superior a 3,0 ou inferior a zero.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No segundo caso, a conversão está limitada ao montante da Dívida Líquida que precisa ser reduzido para que a relação entre Dívida Líquida / EBITDA referente ao exercício de 2014 (verificado em 31 de dezembro de 2014) seja igual a 3,0.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A gestão do risco de liquidez visa assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender aos suas atuais necessidades, o que inclui: capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Faz parte do negócio da Companhia a constante avaliação de oportunidades de investimentos. O financiamento destes investimentos poderá ser realizado: com o caixa gerado pela nossa operação, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação dessas opções.

Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

O aumento da despesa financeira em função do aumento das taxas de juros e do CDI é parcialmente compensado pelo aumento das receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras e demais contas a receber corrigidas pelo CDI.

Taxa de juros pós fixada – CDI Certificado de depósito interbancário

Em 31 de dezembro de 2013 a exposição líquida da Companhia ao indexador CDI era de R\$ 595,9 milhões, portanto a Companhia está exposta a um alto risco em caso de flutuação abrupta na taxa de juros pós-fixada, o CDI.

Taxa de juros pós fixada – TJLP taxa de juros de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição da Companhia a empréstimos indexados a TJLP era de R\$ 21,3 milhões.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Apresentamos a seguir um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade da exposição da Companhia à volatilidade das taxas de câmbio (dólar norte-americano) que busca mensurar a materialidade desse risco nos resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

	Moeda estrangeira (em milhares)	Reais (em milhares)	Variação Cambial 10%
Contas a pagar em US\$	(496)	(1.163)	(115)
Empréstimos em US\$	(3.704)	(8.677)	(868)
Exposição Líquida Total R\$		(9.840)	(983)

Premissas

Taxa de câmbio (R\$/US\$) 2,3426

Considerando a exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 10 pontos percentuais na cotação do dólar norte-americano aumentaria nossas despesas financeiras em aproximadamente R\$ 983 mil ao ano. Uma redução de 10 pontos percentuais neste mesmo indicador exerceria impacto de reduzir as nossas despesas financeiras na mesma proporção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade. A nossa gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência, observando o direcionamento traçado pelo Conselho de Administração.

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Liquidez

Visando a nossa proteção quanto ao risco de liquidez, uma das políticas que implementamos para gerir esse risco é identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Adicionalmente, procuramos manter em caixa um volume de recursos suficiente para fazer frente às necessidades de caixa de curto prazo.

(ii) Risco de Mercado

Nossas políticas de gestão de risco de mercado incluem, dentre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

(iii) Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida, que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

(iv) Risco de Taxa de Câmbio

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Os instrumentos derivativos, quando utilizados, são para proteção do passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que, nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

(v) Risco de Crédito

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os nossos ativos aos mesmos índices de nossos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento consolidado está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2013 apresentavam um custo médio de 117,8% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 102,62% do CDI.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

As áreas financeira, de controladoria e jurídica, analisam os riscos periodicamente para informar à Diretoria e ao Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia com as políticas de gestão de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em nossa política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos abaixo os comentários dos nossos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Unipar Carbocloro S.A.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Após dois anos (2011 e 2012) de alavancagem financeira negativa, (9,95%) e (12,01%) respectivamente, em 2013 a Companhia financiou-se por meio de operação estruturada de longo prazo no montante de R\$ 550 milhões, para fazer frente à aquisição de participação adicional de 50% na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. (“Carbocloro”), que pertencia ao Grupo Occidental, a um preço de R\$ 554 milhões. A diretoria considera esta aquisição estratégica para a continuidade e desenvolvimento sustentável da Companhia.

Com a operação citada acima, alongou-se o perfil de endividamento da Companhia, encerrando 2013 com 80% da dívida de longo prazo, ao passo que em 2012 era 51% e em 2011 59%.

A Unipar é um dos principais produtores de soda cáustica e cloro, sendo responsável respectivamente de 24,5% e 37,5% da oferta nacional destes produtos, além de participar com 25,25% da Tecsis em dezembro de 2013, a segunda maior produtora de pás geradoras de energia eólica do mundo.

Considerando a tendência de geração de caixa do negócio de soda, cloro e derivados, a Companhia poderá reduzir seu endividamento ao longo do tempo, cumprindo com todas as suas obrigações, sempre alerta para novas oportunidades, criando valor para seus acionistas e melhorando sua eficiência.

Temos a expectativa de que a nossa coligada Tecsis possa, no médio ou longo prazo, contribuir para geração de caixa da Companhia tendo em vista a evolução do setor em que atua e as ações de reestruturações realizadas ao longo dos últimos anos.

Analisando-se as contas patrimoniais nos últimos três exercícios, verificamos robustos indicadores de liquidez. Em 2013 o índice de liquidez geral caiu para 0,41x, por conta da referida aquisição da participação adicional de 50% da Carbocloro.

Demonstramos a seguir a evolução dos índices de liquidez corrente e geral da Companhia para o período de 2011 a 2013.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ		2013	2012	2011
CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE/ PASSIVO CIRCULANTE	1,09	2,52	2,83
GERAL	ATIVO CIRC + REALIZ.LP/ PASSIVO CIRC + PASSIVO NÃO CIRC.	0,41	1,44	1,25

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate.
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate.

Em referência à possibilidade de resgate de ações, não existe no momento nenhuma previsão nesse sentido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A partir da estrutura de Capital definida para a Companhia, a administração monitora recorrentemente os seus covenants financeiros, a fim de garantir o cumprimento dos mesmos.

Além do acompanhamento dos covenants, é feito o monitoramento do capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 era negativo em (9,95%), em 31 de dezembro de 2012 passou a (12,01%), a redução do índice de alavancagem financeira em 2012, foi decorrente, especialmente, da melhora do resultado operacional. Em 31 de dezembro de 2013 o índice de alavancagem financeira subiu para 43,49%, reflexo da operação de aquisição mencionada no item 10.1 (a).

Demonstramos abaixo o detalhe da apuração do índice de alavancagem financeira:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total dos empréstimos e financiamentos	740.816	219.151	376.000
Curto Prazo	149.482	107.624	153.080
Longo Prazo	591.334	111.527	222.920
Menos - caixa e equivalentes de caixa	49.943	1.464	5.422
Menos - Aplicações Financeiras	110.449	261.848	405.089
(Dívida líquida) Ativos Financeiros Líquidos	(580.424)	44.161	34.511
Total do patrimônio líquido	742.033	411.906	381.293
Total do capital	1.322.457	367.745	346.782
Índice de alavancagem financeira %	43,89	(12,01)	(9,95)

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Entendemos que a Companhia tem capacidade de gerar caixa suficiente para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos, considerando a tendência de geração de caixa consistente, apresentada pelo negócio de soda, cloro e derivados.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A necessidade de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros, de curto e longo prazo. A última operação de captação financeira ocorreu em maio de 2013, por meio de emissão de debêntures no montante de R\$ 550,0 milhões, os quais foram alocados para a aquisição dos 50% adicionais da Carbocloro.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional. Mesmo assim, temos capacidade para captação de recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais poderão ser empregados no financiamento de eventuais necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia encerrou o ano de 2013 com um endividamento total de R\$ 908,2 milhões (R\$ 232,6 milhões em 2012 e R\$ 381,1 milhões em 2011). Este crescimento é decorrente do financiamento estruturado, que possibilitou a aquisição da participação adicional de 50% na Carbocloro. Os saldos de outros passivos de curto e longo prazo, também registraram crescimento, uma vez que refletem a incorporação da operação da Carbocloro pela Companhia em 30 de setembro de 2013 e consequentemente a incorporação de seus saldos de balanço patrimonial, conforme abertura a seguir.

Endividamento Total	2013	2012	2011
Passivo Circulante	248.007	118.190	156.326
Empréstimos e Financiamentos	149.482	107.624	153.080
Outros	98.525	10.566	3.246
Passivo não Circulante	660.149	114.371	224.777
Empréstimos e Financiamentos	591.334	111.527	222.920
Outros	68.815	2.844	1.857
Passivo Total	908.156	232.561	381.103

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Segue abaixo a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Vale destacar que o aumento do saldo registrado em 2013 reflete a operação de financiamento para aquisição dos 50% restantes da Carbocloro mais os financiamentos próprios captados por essa última e adicionados a Unipar com sua incorporação.

Empréstimos e Financiamentos	Moeda	Encargos financeiros médios poderados 31 de dezembro de 203	Saldo em		
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Debêntures 2ª emissão	R\$	CDI + 2% a.a.	560.499	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	106% do CDI	84.241	162.284	252.836
Cédula de crédito bancário	R\$	106,5% do CDI	28.725	56.867	87.114
Cédula de crédito bancário	R\$	104,2% do CDI	-	-	36.050
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 1,65% a.a.	12.694	-	-
Notas de crédito a exportação	R\$	CDI + 1,60% a.a.	24.674	-	-
BNDES	R\$	UR TJLP + 2% a.a	21.306	-	-
BNDES	US\$	CESTA + 2,53% a.a.	8.677	-	-
Total			740.816	219.151	376.000

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Além das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre dívidas;

Exceto por aquelas dívidas com garantia real, não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos. As restrições impostas à Companhia são usuais em operações de mesma natureza e não limitaram a capacidade de condução dos negócios.

Abaixo apresentamos o resumo dos principais covenants e garantias:

Empréstimos e Financiamentos	Saldo em	Garantias em 31/12/2013	Principais Restrições
	31/12/2013		
Debêntures 2ª emissão	560.499	(¹)	(²)
Cédula de crédito bancário	84.241	CDB 30 % do Saldo devedor do financiamento	Dívida Líquida / EBITDA máximo de 3
Cédula de crédito bancário	28.725		n/a
Cédula de crédito bancário	12.694	sem garantia	n/a
Notas de crédito a exportação	24.674	sem garantia	n/a
BNDES	21.306	Hipoteca da Unidade Industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida / EBITDA máximo = 3
BNDES	8.677	Hipoteca da Unidade Industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida / EBITDA máximo = 3
Total	740.816		

(¹) Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Unipar Carbocloro, aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer., caso atinja os seguintes covenants:

(i) Dívida líquida / EBITDA 2013 \geq 3,6; 2014 \geq 3,5; e a partir de 2015 3,25.

(²) Covenants escritura debêntures

(i) Dívida líquida / EBITDA 2013 \geq 4,10; 2014 \geq 4; 2015 \geq 3,75; 2016 \geq 3,5 e a partir de 2014 3,25.

(ii) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido (mínimo de 2)

(iii) Capex e ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida líquida/EBITDA for superior a 3,5

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A companhia possui financiamentos já contratados junto ao BNDES, os valores foram 100% liberados e utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Abaixo apresentamos as demonstrações dos resultados, para o período de 2011 a 2013.

Demonstração de Resultado do Exercício - R\$ mil	2013	2012	2011
Receita operacional líquida	187.309		
Custo dos Produtos Vendidos - CPV	(100.749)		
Lucro Bruto	86.560	-	-
Margem Bruta	46%	-	-
Despesas com Vendas	(20.676)	-	-
Despesas administrativas	(51.002)	(23.303)	(18.132)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.672)	(9.952)	(5.006)
Resultado na combinação de negócios em estágios	344.226	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	35.839	66.138	17.396
Lucro Antes do Resultado Financeiro	390.275	32.883	(5.742)
Resultado Financeiro Líquido	(36.660)	4.505	10.035
Lucro antes do IR e CS	353.615	37.388	4.293
Provisão IR e CS	6.457	1.894	155
Lucro (Prejuízo) Líquido	360.072	39.282	4.448
EBITDA	407.187	37.286	(1.339)

Receita operacional líquida:

Destacamos que a receita líquida de R\$ 187,3 milhões em 2013, diz respeito ao faturamento do quarto trimestre de 2013, já que a Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. No período compreendido entre os dias 01 de janeiro de 2011 a 30 de setembro de 2013, a Companhia não gerou receita operacional.

EBITDA:

O EBITDA atingiu em 2013 R\$ 407,1 milhões, influenciado especialmente pelo ganho com combinação de negócios em estágios de R\$ 344,2 milhões, além do bom resultado operacional no negócio de soda, cloro e derivados. Já em 2012 o EBITDA atingiu R\$ 37,3 milhões, influenciado pela performance da então controlada Carbocloro e da coligada Tectis. Em 2011 o EBITDA foi negativo em R\$ 1,3 milhão, reflexo substancialmente da performance negativa da Tectis.

Resultado financeiro líquido:

O resultado financeiro líquido em 2013 foi de uma despesa de R\$ 36,6 milhões, reflexo da alavancagem financeira para a aquisição adicional de 50% de participação na Carbocloro. Em 2012 e 2011, respectivamente, foram geradas receitas financeiras da ordem de R\$ 4,5 milhões e R\$ 10,0 milhões, decorrentes, sobretudo, da dívida líquida negativa, gerando despesas financeiras com juros da dívida inferiores ao rendimento das aplicações financeiras.

Resultado líquido:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2013 a Companhia atingiu um lucro líquido de R\$ 360,0 milhões, decorrentes do ganho com combinação de negócios em estágios de R\$ 344,2 milhões, além do bom resultado operacional no negócio de soda, cloro e derivados. Em 2012 o lucro líquido foi de R\$ 39 milhões, crescimento substancial comparado a 2011, de R\$ 4,4 milhões, oriundo do melhor desempenho operacional da Tecsís.

Balanço Patrimonial Ativo - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

VARIAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL								
Ativo				Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013 x 2012	2012 x 2011
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	49.943	1.464	5.422	3,0%	0,2%	0,7%	3311,4%	-73,0%
Aplicações Financeiras	72.449	261.848	405.089	4,4%	40,6%	53,1%	-72,3%	-35,4%
Contas a receber	78.732	-	-	4,8%	0,0%	0,0%		
Impostos a recuperar	36.461	33.447	27.347	2,2%	5,2%	3,6%	9,0%	22,3%
Estoques	21.703	-	-	1,3%	0,0%	0,0%		
Outros ativos circulantes	9.996	975	4.399	0,6%	0,2%	0,6%	925,2%	-77,8%
	269.284	297.734	442.257	16,3%	46,2%	58,0%	-9,6%	-32,7%
Não circulante								
Aplicações Financeiras	38.000	-	-	2,3%	0,0%	0,0%		
Contas a receber	3.307	-	-	0,2%	0,0%	0,0%		
Impostos a recuperar	2.278	-	-	0,1%	0,0%	0,0%		
Estoques	12.757	-	-	0,8%	0,0%	0,0%		
Depósitos Judiciais	44.046	36.975	33.921	2,7%	5,7%	4,4%	19,1%	9,0%
Outros ativos não circulantes	-	150	136	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	10,3%
	100.388	37.125	34.057	6,1%	5,8%	4,5%	170,4%	9,0%
Investimentos em subsidiárias e controladas em conjunto e coligada	82.506	305.300	281.273	5,0%	47,4%	36,9%	-73,0%	8,5%
Imobilizado	923.789	4.258	4.756	56,0%	0,7%	0,6%	21595,4%	-10,5%
Intangível	274.222	50	53	16,6%	0,0%	0,0%	548344,0%	-5,7%
	1.280.517	309.608	286.082	77,6%	48,0%	37,5%	313,6%	8,2%
	1.380.905	346.733	320.139	83,7%	53,8%	42,0%	298,3%	8,3%
Total do ativo	1.650.189	644.467	762.396	100%	100%	100%	156,1%	-15,5%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do Ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante – Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa encerrou o exercício de 2013 com um saldo de R\$ 49,9 milhões, montante bem superior ao apresentado nos anos de 2012 (1,5 milhão) e 2011 (5,4 milhões). Reflexo da incorporação da Carbocloro e da mudança do perfil de caixa da Companhia, que passou a priorizar uma maior liquidez dos recursos aplicados para fazer frente as suas obrigações de curtíssimo prazo.

Ativo circulante - Aplicações financeiras

Em 2013 a Companhia detinha R\$ 72,4 milhões, montante inferior ao apresentado em 2012 de R\$ 261,8 milhões, a redução das aplicações financeiras é reflexo da amortização da dívida e do direcionamento de parte do caixa gerado na atividade do 4T13 para caixa e equivalentes de caixa. A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução do saldo de aplicações financeiras em 2012 em relação a 2011 reflete principalmente a amortização da dívida.

Ativo circulante – Contas a receber, Estoques e Outros ativos circulantes

A variação das rubricas contas a receber, estoques e outros ativos circulantes é reflexo substancialmente do efeito de incorporação da Carbocloro.

Ativo não circulante – Aplicações financeiras

Em 2013 o saldo de R\$ 38,0 milhões, refere-se à aplicação financeira em Debêntures da Coligada Tecsís, classificada como mantida até o vencimento. Nos anos de 2012 e 2011, a Companhia não detinha aplicações com vencimento no longo prazo.

Ativo não Circulante – Contas a receber, Impostos a recuperar e Estoques

A variação das rubricas contas a receber, impostos a recuperar e estoques é reflexo principalmente do efeito de incorporação da Carbocloro.

Ativo não circulante - Depósitos judiciais

A variação no saldo de depósitos judiciais refletem substancialmente a variação monetária dos mesmos.

Investimentos em subsidiárias, controlada em conjunto e coligada

A redução substancial da conta de investimentos em subsidiárias, Controlada em Conjunto e Coligada em 31 de dezembro de 2013 foi decorrente, principalmente, da incorporação da Carbocloro e da equivalência patrimonial negativa da Tecsís.

Saldo de Investimentos em subsidiárias, controlada em conjunto e coligada R\$ mil	2013	2012	2011
Coligada Tecsís	82.506	118.032	100.378
Controlada Carbocloro	0	187.268	180.895
Total	82.506	305.300	281.273

Imobilizado

A variação no saldo do imobilizado é reflexo da incorporação da Carbocloro.

Intangível

O intangível apresenta em 2013 um saldo de R\$ 274,2 milhões referente ao ágio não alocado da Aquisição adicional da Carbocloro e do ganho com combinação de negócios. Em 2012 e 2011, o saldo era R\$ 0,05 milhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial Passivo e patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Passivo e patrimônio líquido	VARIações DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL							
				Análise Vertical		Análise Horizontal		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013 vs. 2012	2012 vs. 2011
Circulante								
Fornecedores	18.214	532	936	1,1%	0,1%	0,1%	3323,7%	-43,2%
Empréstimos	149.482	107.624	153.080	9,1%	16,7%	20,1%	38,9%	-29,7%
Salários e encargos	17.383	-	-	1,1%	0,0%	0,0%		
Outros impostos e contribuições a pagar	10.764	655	397	0,7%	0,1%	0,1%	1543,4%	65,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16.091	7.357	965	1,0%	1,1%	0,1%	118,7%	662,4%
Demandas Judiciais	3.109	-	-	0,2%	0,0%	0,0%		
Energia Elétrica	11.133	-	-	0,7%	0,0%	0,0%		
Outros Passivos	21.831	2.022	948	1,3%	0,3%	0,1%	979,7%	113,3%
	248.007	118.190	156.326	15,0%	18,3%	20,5%	109,8%	-24,4%
Não circulante								
Empréstimos	591.334	111.527	222.920	35,8%	17,3%	29,2%	430,2%	-50,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.262	844	1.357	2,6%	0,1%	0,2%	4907,3%	-37,8%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	21.935	-	-	1,3%	0,0%	0,0%		
Demandas Judiciais	4.618	2.000	500	0,3%	0,3%	0,1%	130,9%	300,0%
	660.149	114.371	224.777	40,0%	17,7%	29,5%	477,2%	-49,1%
Total do passivo	908.156	232.561	381.103	55,0%	36,1%	50,0%	290,5%	-39,0%
Patrimônio líquido								
Capital	384.331	384.329	835.498	23,3%	59,6%	109,6%	0,0%	-54,0%
Ações em tesouraria	(14.879)	(715)	(715)	-0,9%	-0,1%	-0,1%	1981,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes do período	173	110	-	0,0%	0,0%	0,0%	57,3%	
Reservas de lucros	372.408	28.182	-	22,6%	4,4%	0,0%	1221,4%	
Prejuízos acumulados			(453.490)	0,0%	0,0%	-59,5%		-100,0%
Total do patrimônio líquido	742.033	411.906	381.293	45,0%	63,9%	50,0%	80,1%	8,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.650.189	644.467	762.396	100,0%	100,0%	100,0%	156,1%	-15,5%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do Passivo e do Patrimônio Líquido, e que tenham apresentado relevantes variações na comparação entre os exercícios.

Empréstimos de curto e longo prazo

Os Empréstimos de Curto e Longo Prazo da Companhia ao final de 2013 totalizavam R\$ 740,8 milhões (R\$ 219,2 milhões em 2012 e R\$ 376,0 milhões em 2011). O aumento do endividamento em 2013 foi decorrente da aquisição da Carbocloro, o que não alterou nosso financiamento de curto prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, estão majoritariamente relacionados ao ágio reflexo gerado na combinação de negócios em estágios que foram alocados como mais valia de ativos conforme o CPC 15, parcialmente compensado pelo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos gerados pelo benefício fiscal da dedutibilidade do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura que foi incorporado conforme os CPCs 15 e 32.

Passivo circulante – fornecedores, Salários e encargos, Outros impostos e contribuições a pagar, Demandas judiciais, Energia elétrica e Outros passivos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A variação das rubricas salário e encargos, outros impostos e contribuições a pagar, demandas judiciais, energia elétrica e outros passivos é reflexo substancialmente do efeito de incorporação da Carbocloro.

Passivo não circulante – Obrigações com benefícios de aposentadoria e Demanda judiciais

A variação das rubricas obrigações com benefícios de aposentadoria e demandas judiciais reflete principalmente o efeito de incorporação da Carbocloro.

Patrimônio líquido - Capital social

A Companhia encerrou 2013 com um Capital Social de R\$ 384,3 milhões (R\$ 384,3 milhões em 2012 e R\$ 835,4 milhões em 2011). Em 2012 o Capital Social da Companhia foi reduzido no valor de R\$ 451,1 milhões, o qual foi compensado com parte do prejuízo acumulado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 30 de abril de 2012.

Patrimônio líquido - Prejuízos acumulados

Além da redução do capital citada acima, a Companhia apresentou uma evolução substancial no resultado operacional, possibilitando zerar o saldo de prejuízos acumulados em 2012.

Patrimônio líquido – Ações em tesouraria

Em 2013 a Companhia alterou o seu objeto social, concedendo o direito de saída aos acionistas minoritários. Alguns acionistas não controladores exerceram esse direito, o que representou 5,9% do capital total da Companhia, na quantidade total de 28.731.423 ações, no valor total de R\$ 14,2 milhões. Em 2013 as ações em tesouraria totalizavam R\$14,9 milhões (em 2011 e 2012 o saldo era de R\$ 0,7 milhão).

Patrimônio líquido - Reservas de lucros

O saldo da conta reserva de lucros saiu de R\$ 28,2 milhões em 2012 para R\$ 372,4 milhões em 2013, gerado pela contabilização da combinação de negócios da Carbocloro sem geração de caixa equivalente.

Patrimônio líquido

O ano de 2013 encerrou com um patrimônio líquido R\$ 742,0 milhões, em 2012 era R\$ 411,9 milhões, esta evolução se deu especialmente pelas reserva de lucros. (em 2011 o Patrimônio Líquido era R\$ 381,3 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

Destacamos que a receita de R\$ 187,3 milhões do exercício de 2013 advém da venda de soda, cloro e derivados. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. No período compreendido entre os dias 01 de janeiro de 2011 a 30 de setembro de 2013, a Companhia não gerou receita operacional.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Considerando a incorporação da Carbocloro no último trimestre de 2013, e a não comparabilidade entre os anos, faremos os comentários da operação de soda, cloro e derivados, bem como da Coligada Tecsis no item 10.11.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita de nossa atividade é decorrente da condição oferta-demanda no mercado interno, responsável quase que pela totalidade do destino de nossas vendas. Não há uma indexação à inflação para a correção dos preços praticados. No entanto, parte da nossa receita é atrelada ao dólar americano - US\$ e leva em conta a cotação no mercado internacional do nosso principal produto, a soda cáustica. Não ocorreu introdução de novos produtos e serviços no nosso mercado de atuação.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O resultado das nossas operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGPM, INPC e IPCA), nossos custos fixos operacionais tendem a seguir tais índices. Com relação a nossos insumos, a grande maioria têm seus preços predominantemente atrelados aos índices de inflação, caso, por exemplo, do nosso principal insumo: energia elétrica.

A política de captação e aplicação de recursos financeiros, busca minimizar o custo de capital da Companhia. No encerramento do exercício de 2011 e de 2012, a Companhia apresentava dívida líquida negativa. Em 31 de dezembro de 2013, 81% do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia tinham custo médio de CDI + 1,99% a.a., expondo a Companhia a variações na taxa de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional;**
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Visando a diversificação de seu portfólio de investimentos, a Companhia concretizou em 30 de maio de 2011, Acordo de Investimento com a BNDES Participações S.A., a Estater Gestão de Investimentos Ltda., e com certos credores da empresa Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A., para a aquisição de participação acionária na Tecsis.

Nos termos desse Acordo, a Unipar subscreveu ações ordinárias da Tecsis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, no montante total de R\$ 126 milhões equivalente a US\$ 80 milhões, aportados em 06 de junho de 2011, a BNDESPar subscreveu ações ordinárias da Tecsis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, enquanto a Estater subscreveu ações ordinárias da Tecsis correspondentes a 14,75% do capital votante e a 12% do seu capital total e os credores da Tecsis, por meio de um fundo de investimento em participações ("FIP"), subscreveram ações preferenciais correspondentes a 15,62% do capital total da Tecsis, permanecendo os antigos controladores da Tecsis com uma participação em ações ordinárias de 23,15% e em ações preferenciais de 16,34%, correspondentes a 21,88% do capital total da Tecsis.

Em maio de 2013, a Companhia adquiriu a participação adicional de 50% na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., que pertencia ao Grupo Occidental, a um preço de R\$ 554 milhões, financiado por meio de operação estruturada de longo prazo no montante de R\$ 550 milhões.

- c) eventos ou operações não usuais.**

Além da efetivação das operações descritas acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais à Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis.**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

No exercício de 2013, para atender ao CPC19 R2 (IFRS 11) “Negócios em Conjunto”, o Investimento de 50% mantido na controlada em conjunto Carbocloro, que era consolidado até 31 de dezembro de 2012, passou a ser contabilizado pelo método da Equivalência Patrimonial a partir de 01 de janeiro de 2013 até 30 de abril 2013, e os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e as informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes aos períodos findos em 31 de março de 2012 e 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 – políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Como a partir de 30 de abril 2013, a Unipar adquiriu os outros 50% da controlada em conjunto Carbocloro, tais efeitos deixaram de existir.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não aplicável, visto que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos anos de 2013, 2012 e 2011, não houve ressalva, houve um parágrafo de ênfase no ano de 2012, a saber:

Ênfase:

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Unipar Participações S.A.(Antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A.) essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

No Brasil, todas as empresas que apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS, e que têm participação em investimentos em controladas e coligadas, apresentam esta “ênfase” no relatório da auditoria independente, pois, de acordo com a legislação Brasileira, a prática de reconhecer tal investimento deve ser pelo ‘Método da Equivalência Patrimonial’ enquanto que para a prática do IFRS, deve ser pelo “custo” ou “valor justo”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Resumo das políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

(i) Plano de pensão

A Companhia é patrocinadora de dois plano de benefícios de plano de pensão a saber:

Pós-emprego na modalidade de contribuição definida administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., no montante de contribuições da Companhia a este plano no total de R\$296 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$352); e

Pós-emprego nas modalidades de contribuição definida e benefício definido administrado pela CARBOPREV Sociedade de Previdência Privada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A CARBOPREV - Sociedade de Previdência Privada, Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos que tem por objetivo a concessão de complementação dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Na CARBOPREV a Companhia é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido - Plano Básico” e de “contribuição variável - Plano Suplementar”.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, rendas vitalícias na fase de benefício, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos financeiros dos planos Básico e Suplementar são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

ii) Plano de saúde

Conforme política de recursos humanos é previsto o reembolso de despesas médicas pelo prazo de 48 meses para os ex-empregados que se encontram aposentados. Esse reembolso é pago diretamente pela Companhia e obedece a uma escala de valores limitados.

Em decorrência de alteração na política de benefícios em 2013 esse benefício não é mais estendido aos funcionários ativos (futuros aposentados). Essa alteração gerou um ganho por liquidação e seus efeitos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

iii) Outros benefícios de longo prazo e benefícios rescisórios

A Companhia mensura, registra e divulga o passivo resultante do montante esperado com pagamentos de Multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço através de técnicas atuariais utilizando o método de crédito unitário projetado e premissas atuariais de longo prazo.

Até 31/12/2012 a Companhia concedia aos empregados o Benefício de Gratificação por Tempo de Serviço que consistia em um pagamento de bônus equivalente a um múltiplo do salário para os empregados que completassem 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40 e 45 anos de serviço. Porém, com a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

reformulação da política de benefícios esse benefício foi descontinuado em 2013 sendo todo o custo de liquidação reconhecido no resultado do exercício.

Conforme parágrafo 154 do CPC-33(R1) as remensurações desses passivos são reconhecidas diretamente no resultado e não transitam em outros resultados abrangentes.

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Avaliação de ativos e passivos em combinações de negócios

A cia realizou combinações de negócios de acordo com as IFRS (CPC15). Nesse sentido, a Companhia contratou terceiros especializados para realizarem a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

O custo de aquisição da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, com base no valor justo estimado na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio ou ganho em compra vantajosa. Exercemos julgamento significativo no processo de identificação de ativos tangíveis e intangíveis e passivos. As premissas usadas para avaliar esses ativos e passivos incluem estimativas de fluxos de caixa descontados e taxas de desconto e podem resultar em uma diferença entre os valores estimados e reais. Se os resultados reais não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, poderíamos estar expostos a perdas potencialmente significativas.

f) Redução ao valor recuperável – “Impairment”

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de fluxo de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto antes dos impostos (ou taxa pré-imposto). Esta taxa deriva da taxa pós-imposto utilizada no cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços estimados na elaboração do plano estratégico da Companhia, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**g) Provisões**

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A Administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de risco. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os relatórios sobre controles internos emitidos pelo auditor independente são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia. Não temos conhecimento de relatos ou citações que possam ou pudessem ter afetado de forma significativa os resultados da Companhia expressos em suas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta publica de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

O item 10.7 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente, a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv) contratos de construção não terminada.

v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

O Item 10.8 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais, nenhum item relevante deixou de ser evidenciado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b) natureza e o propósito da operação.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não é aplicável, pois nos três últimos exercícios sociais, nenhum item relevante deixou de ser evidenciado nas demonstrações financeiras.